

Os caminhos da memória e o inconsciente coletivo

Alessandra Garrido Sotero da Silva

Doutoranda em Teoria Literária / UFRJ

A memória é um tema muito estudado por diversos ramos da ciência; entre eles, a psicologia, a sociologia, a medicina e a literatura. Neste capítulo, faremos um apanhado dos diversos pareceres sobre o tema, de maneira interdisciplinar, sempre tendo como eixo norteador a literatura. Logo, faremos uma trajetória do conceito de memória e suas implicações.

Observa-se que a temática memória não é nova, pois segundo registros, desde a antiga Grécia já se tratava disso. A palavra “Memória” vem do grego *Mnemosyne*, que se tratava de uma deusa que presidia a função memorialística. O poço de *Mnemosyne* fazia os mortos, que dele bebiam, relembrar suas vidas, o oposto do poço de *Lethe*, que os fazia esquecer. Na tese de doutorado do professor doutor Antônio Jardim, *Música, vigência do pensar poético*, encontramos algumas reflexões sobre a etimologia desta palavra (1997: 152):

A palavra memória provém do grego que diz, mais imediatamente, ação de lembrar, o lembrar ele mesmo, aquilo que permanece no espírito /.../ pode-se entender memória como instância de inventar, meditar, refletir e velar, no sentido de cuidar, a unidade.

Na página 152, Jardim lembra que devido à concepção ontológica, a memória pode ser vista como “um fator constituidor da tentativa de immortalização”. Logo, podemos dizer que nessa primeira visão relatada a memória tem o sentido de “vir à tona” o que estava submerso no espírito, com o efeito de cuidar, immortalizar.

Henri Bergson (1859-1941), filósofo francês, escreveu um livro indispensável para quem se detém nos estudos sobre memória, *Matéria e memória* (1896). Como o próprio define no prefácio da 7ª edição, o livro “afirma a realidade do espírito, a realidade da matéria, e procura determinar a relação entre eles sobre um exemplo preciso, o da memória” (1999: 01).

A sua proposta de reflexão começa a partir da leitura do mundo através de imagens e a apreensão desse mundo através do corpo. Assim, Bergson acredita que a totalidade do universo jamais pode ser completamente decifrada pelo homem, pois o seu instrumento de raciocínio é uma parte dele, como se observa nesse trecho (1999: 13-14):

/.../ o cérebro é uma imagem, os estímulos transmitidos pelos nervos sensitivos e propagados no cérebro são imagens também/.../ é o cérebro que faz parte do mundo material, e não o mundo material que faz parte do cérebro/.../ Nem os nervos nem os

centros nervosos podem, portanto condicionar a imagem do universo.

Tendo como ponto de partida essas considerações, nota-se que Bergson não compartilhava de algumas correntes intelectualistas da ciência da época, que criam que o homem poderia conhecer tudo através de sua capacidade intelectual, pois o cérebro é uma parte do mundo material também. Logo, a sua visão sobre a memória também foi revolucionária, já que afirmava a realidade do espírito, ou algo além da matéria. Sobre o tema, Bergson faz aproximações com a lembrança, distinguindo entre elas dois tipos (1999: 91):

A lembrança espontânea é imediatamente perfeita, o tempo não poderá acrescentar nada à sua imagem sem desnaturá-la; ela conservará para a memória seu lugar e sua data. Ao contrário, a lembrança aprendida sairá do tempo à medida que a lição for melhor sabida; torna-se-á cada vez mais impessoal/.../ Das duas memórias que acabamos de distinguir, a primeira parece portanto ser efetivamente a memória por excelência/.../

Portanto, constata-se que Bergson acreditava na existência de uma memória pura, inalterável, que se contrapõe à lembrança- imagem e à percepção, ainda que nenhuma se produza isoladamente, como ele afirma e em seguida as define(1999: 155-6):

A percepção não é jamais um simples contato do espírito com o objeto presente; está inteiramente impregnada das lembranças-imagens que a completam, interpretando-a. A lembrança-imagem, por sua vez, participa da lembrança-pura que ela começa a materializar e da percepção na qual tende a se encarnar.

Ainda sobre a memória, o filósofo afirma que *o papel do corpo não é armazenar lembranças, mas simplesmente escolher, para trazê-la à consciência distinta*. Assim, cria na existência de uma reserva memorialista que reside no nosso espírito e que o corpo tem o poder de acessá-la nunca de maneira completa, mas fragmentada.

Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e sociedade*, parte de pressupostos bergsonianos para compor a sua obra. Através dessa autora, pode-se entender de maneira clara a teoria de Bergson, como na seguinte afirmação (1999: 14): “Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança vive em estado latente, potencial/.../”. Depois, ela completa, dizendo que: “o papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é, sobretudo o de colher e escolher/.../”. E, finalmente, ela faz uma aproximação ao que Bergson considerava a verdadeira memória, ou lembrança-pura à arte (1999: 11):

/.../ a lembrança-pura, quando se atualiza na imagem-lembrança, traz à tona na consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida/.../ Sonho e poesia são, tantas vezes, feitos dessa matéria que estaria latente nas zonas profundas

do psiquismo, a que Bergson não hesita de dar o nome de inconsciente.

Através dessa concepção que Ecléa pontua, pode-se afirmar que a arte, assim como o sonho, retoma essa memória considerada verdadeira por Bergson, inatingível na sua extensão. A literatura, portanto, seria uma das “chaves” que abre a “fechadura” desse mundo oculto que vive em nosso espírito.

Outra leitura contundente que Ecléa nos traz é a caracterização da memória como força espiritual, como se lê no trecho reproduzido (1999: 16):

A memória é, para o filósofo da intuição, uma força espiritual prévia a que se opõe a substância material, seu limite e obstáculo. A matéria seria, na verdade, a única fronteira que o espírito pode conhecer.

Podemos chegar, dessa forma, ao seguinte raciocínio: se a literatura é um acesso para a memória pura e a memória é por essência espiritual, sendo a matéria uma oposição a ela; a literatura é, de certa forma, uma chave a uma categoria do espírito, ou para quem preferir, ao inconsciente.

O sociólogo Halbwachs escreveu uma obra célebre, que colaborou enormemente para os estudos memorialísticos: *A memória coletiva*. Nele, o autor defende, como o título sugere, que a memória é um fato puramente social. Ecléa Bosi, em alguns trechos de *Memória e sociedade*, discute sobre a teoria deste sociólogo (1983: 17-18):

Halbwachs não vai estudar a memória como tal, mas os quadros sociais da memória. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações ente o corpo e o espírito), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão/.../

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se é assim, deve-se duvidar da sobrevivência do passado tal como foi, e que se daria no inconsciente de cada sujeito.

Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última a esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade.

Observa-se, então, que para ele, a memória individual, como estudado por Bergson, é quase inexistente. Tudo aquilo de que nos lembramos e pensamos ser algo subjetivo, na verdade, é determinado socialmente. Logo, nossa memória é condicionada pela sociedade em que vivemos.

No livro *A memória coletiva*, Halbwachs parte do pressuposto que o homem é acima de tudo um ser estritamente social, assim, a memória não poderia se excetuar a este condicionamento, como se lê nas seguintes afirmações:

/.../ só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo /.../ É por isto que quando um homem entra em sua casa sem estar acompanhado de alguém, sem dúvida durante algum tempo esteve só, segundo a linguagem comum. Mas lá não esteve só senão na aparência, posto que, mesmo nesse intervalo, seus pensamentos e seus atos se explicam pela sua natureza de ser social, e que nenhum instante deixou de estar confinado dentro de alguma sociedade. (1990: 36-7)

É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações fossem apenas o reflexo dos objetos exteriores, no qual não misturávamos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos prendiam aos homens e aos grupos que nos rodeavam. Se não nos recordamos da nossa primeira infância, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto não somos ainda um ser social. (1990: 38)

Em determinado momento do livro, a partir de seus pressupostos, Halbwachs fornece a sua definição de lembrança (1990: 71):

/.../ a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada pro outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

Segundo o nosso entendimento, não fica claro em Halbwachs a distinção entre lembrança e memória, mas o ponto de sua obra que discutiremos mais tarde é a idéia de que cada grupo social possui a sua memória específica. Nota-se, entretanto, que esse conceito é discutido pelo próprio autor (1990: 115) :

Mas a questão é então saber se os grupos, em si mesmos estão verdadeiramente separados. Poder-se-ia conceber, com efeito, não somente que eles sejam formados

por numerosos empréstimos, mas que suas vidas se aproximam e se fundam geralmente, como se essas linhas de evolução se cruzassem incessantemente.

No trecho citado, Halbwachs se aproxima do que Jung chamou de inconsciente coletivo, do que trataremos no capítulo a seguir, buscando fazer uma aproximação desse termo jungiano ao que falaram Bergson e Halbwachs sobre a memória.

Carl Gustav Jung, cujo um de seus conceitos iremos tratar a seguir, foi um psicólogo colaborador de Sigmund Freud no início do século XX. Rompeu com Freud quando criou a sua “Psicologia Analítica”, que é muito complexa para ser explicada em poucas linhas, mas pode-se dizer que uma das diferenças básicas entre esta e a Psicanálise se dá no que diz respeito ao inconsciente.

Freud descobriu o inconsciente e Jung percebeu que só o inconsciente pessoal não esgotaria as questões que surgiam nas suas pesquisas, logo concluiu que o ser humano teria o inconsciente pessoal e o coletivo. Essa teoria surgiu a partir de diversos indícios: muitos pacientes de Jung tinham visões ou sonhos (mitológicos) que não poderiam ter vivenciado e ele comparou ainda diversas sociedades tribais e não-tribais, que não tiveram nenhum contato e possuíam mitos e rituais idênticos ou muito similares. Então, concluiu que havia algo na mente do ser humano que não era individual e não poderia ser explicado só pelo grupo social em que vivia; assim, ele criou o termo inconsciente coletivo para designar uma camada mental relacionada com a totalidade, com o universo.

Muitos estudiosos criticam Jung pelo interesse que tinha por assuntos cientificamente suspeitos. Na verdade, Jung valorizava o lado intuitivo do ser humano, supunha que o excesso de racionalidade poderia prejudicar o homem e assim, aproximava-se bastante da cultura oriental. À crítica relatada respondem Calvin Hall e Vernon Nordey, em *Introdução à Psicologia Junguiana* (1993: 19):

Jung não tratava esses assuntos como discípulo e sim como psicólogo. A questão fundamental para ele era descobrir o que esses temas revelavam a respeito da mente, sobretudo o nível da mente a que Jung dava o nome de inconsciente coletivo.

No livro *O homem e seus símbolos*, Jung discute a vulnerabilidade das teorias científicas, defendendo, de certa forma, o lado humano intuitivo (1964:92):

É uma ilusão comum acreditarmos que o que sabemos hoje é tudo o que poderemos saber sempre. Nada é mais vulnerável que uma teoria científica, apenas uma tentativa efêmera para explicar fatos, e nunca uma verdade eterna.

Pode-se afirmar que nesse ponto seu parecer é similar ao que lemos em Bergson, pois

este também cria na incapacidade do ser humano em enquadrar tudo em esquemas experimentais. O filósofo diz, como citamos anteriormente, que o cérebro do homem, por ser uma parte do mundo material, é incapaz de esgotar a explicação do universo, que segundo ele, não se resume à matéria.

Jung, como dissemos, privilegiava a porção intuitiva do homem, considerado como um acesso ao inconsciente. Esse é um ponto fundamental, que tangencia ainda a teoria bergsoniana, e, que se opõe a Psicanálise, como explica Dante M. Leite em *Psicologia e Literatura* (1967: 33) :

Se para Freud o inconsciente, sede dos instintos, é fonte de energia cega e destrutiva, para Jung, o inconsciente, sobretudo o inconsciente coletivo, é o depósito não apenas de impulsos, mas das idéias mais ricas e significativas da humanidade. Nesse sentido, se Freud e Jung pensam em conquistar o inconsciente, a sua intenção é oposta: para Freud, essa conquista supõe a possibilidade de estender o domínio racional às forças irracionais que tem dominado o homem; para Jung, a conquista do inconsciente não tem como objetivo o seu controle, mas a sua aceitação.

Como vimos anteriormente, para Bergson, a lembrança-pura era algo advindo do espírito e acessá-la era como se adentrássemos no domínio do espírito. Podemos comparar o inconsciente da psicologia ao que Bergson denominou espírito (ou uma parte dele) e a intuição, que Jung tanto admirava, às lembranças-puras. Portanto, a intuição ou a lembrança-pura é um acesso ao inconsciente, ou, ao espírito. Essa questão está muita associada à literatura, pois, se como lemos em Ecléa Bosi , a arte é uma forma de atingirmos a verdadeira memória, a literatura é fruto da intuição/ lembrança pura. Jung, em *O homem e seus símbolos*, faz uma associação entre a genialidade humana e a chamada intuição (1964: 38):

Muitos artistas, filósofos e mesmo cientistas devem suas melhores idéias a inspirações nascidas de súbito do inconsciente. A capacidade de alcançar um veio particularmente rico deste material e transformá-lo de maneira eficaz em filosofia, em literatura, em música ou em descobertas científicas é o que comumente chamamos genialidade.

O inconsciente abarcaria a verdadeira memória, possível de ser acessada por escritores em suas obras grandiosas. É importante ressaltar que, o conceito de inconsciente que se presta à analogia citada é o conceito junguiano, pois não é só individual, mas também coletivo. A literatura seria, portanto, obra do inconsciente coletivo.

Pode-se afirmar que os estudos de Jung sobre o inconsciente e conseqüentemente sua descoberta do inconsciente coletivo constituem marco decisivo na história da Psicologia e das ciências humanas. Mas, afinal, como definir o inconsciente coletivo? Hall e Nordey, em *Introdução à Psicologia junguiana*, explica a terminologia da seguinte maneira (1993: 31):

A mente do homem é pré-figurada pela evolução. Desta maneira, o indivíduo está preso ao passado, não somente ao passado de sua infância, mas também, ao passado da espécie, e, antes disso, à longa cadeia da evolução orgânica. /.../ O inconsciente coletivo é um reservatório de imagens latentes, em geral denominadas *imagens primordiais* por Jung /.../

Logo, de acordo com o raciocínio estipulado até essas linhas, a nossa verdadeira memória, como chamou Bergson, aquela que sobrevive no espírito, não remonta somente as nossas experiências, mas as de nossa espécie. Assim como não podemos apreendê-la completamente, temos acesso às reminiscências dessa memória coletiva que vive em nós.

Em seu livro citado, Jung explica como chegou à terminologia inconsciente coletivo (1964: 47);

Fiz várias comparações deste tipo entre o homem moderno e o primitivo. São essenciais para compreendermos a tendência do homem de construir símbolos e a participação dos sonhos para expressá-los. Pois vamos descobrir que muitos sonhos apresentam imagens e associações análogas a idéias, mitos e ritos primitivos. Estas imagens oníricas eram chamadas por Freud *resíduos arcaicos*. A expressão sugere que estes resíduos são elementos psíquicos que sobrevivem na mente humana há tempos imemoriais. É um ponto de vista característico dos que consideram o inconsciente uma simples apêndice do consciente/.../ Constatei que associações e imagens deste tipo são parte integrante do inconsciente e podem ser observadas por toda parte- seja o sonhador instruído ou analfabeto, inteligente ou obtuso. Não são, de modo algum, resíduos sem vida ou significação. Têm, ao contrário, uma função e são, sobretudo valiosos /.../ Constituem uma ponte entre a maneira por que transmitimos conscientemente os nossos pensamentos e uma forma de expressão mais primitiva, mais colorida e pictórica. E é esta forma que apela diretamente à nossa sensibilidade e à nossa emoção. Essas associações históricas são o elo entre o mundo racional da consciência e o mundo do instinto.

Segundo Jung o inconsciente coletivo é formado por arquétipos, que são manifestados pelos símbolos com os quais nos defrontamos na nossa experiência humana. Arquétipo para Jung é um modelo original, um protótipo, mas não são entidades fechadas, pois segundo ele existem tantos arquétipos quanto às situações típicas da vida (1964: 69):

O arquétipo é, na realidade, uma tendência instintiva, tão marcada como o impulso das aves para fazer seu ninho ou o das formigas para se organizarem em colônias/.../ Chamamos instinto aos impulsos fisiológicos percebidos pelos sentidos. Mas, ao mesmo tempo, estes instintos podem também manifestar-se como fantasias e revelar, muitas vezes, a sua presença apenas através de imagens simbólicas. São a estas

manifestações que chamo arquétipos. A sua origem não é conhecida; e eles se repetem em qualquer época e em qualquer lugar do mundo- mesmo quando não é possível explicar a sua transmissão por descendência direta ou por fecundações cruzadas resultantes da migração.

Podemos também confirmar a idéia junguiana da existência de um inconsciente coletivo e o seu conteúdo (os arquétipos) através do que lemos em Halbwachs sobre a memória. Segundo o sociólogo, somos seres estritamente sociais e as nossas lembranças são sempre coletivas, grupais. Jung comprovou essa tese e foi além: percebeu que há uma universalidade entre as nossas lembranças e estas não se restringem a uma vivência pessoal, nem de um grupo, mas da espécie humana e pré-humana [1]. Falamos no capítulo anterior sobre a lacuna que propositalmente deixa Halbwachs em seu livro na última citação feita. Ele questiona se os grupos estão verdadeiramente separados, evidentemente por causa das diversas misturas culturais existentes. Entretanto, o sociólogo crê que são resultantes de empréstimos provocados com possíveis convivências e Jung anula, através de suas pesquisas, essa possibilidade, pois constata que algumas recordações não eram passíveis de algum contato, advinham verdadeiramente de um elo que concatena os seres, chamado por Freud de *resíduos arcaicos*. Como lemos na afirmação de Jung, essas imagens não eram resíduos sem uma delimitada origem como disse Freud, mas advinham do inconsciente coletivo. Essa idéia preenche exatamente a lacuna deixada por Halbwachs, evidenciando que o nosso inconsciente é pessoal e coletivo. Portanto, o que lembramos pode ser fruto de nossa vivência individual, social ou de reminiscências de vivências de outros da nossa espécie, havendo, portanto, o liame da evolução.

Bibliografia:

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CASTRO, Antônio Jardim. *Música, vigência do pensar poético*. Tese de doutorado em Poética. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1997 (capítulo III).

FREUD, Sigmund. *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. Jayme Salomão. Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Calvin e NORDBY, Vernon. *Introdução à Psicologia jungiana*. Trad. Heloísa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1994.

JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. Trad. Maria Lúcia Pinto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.

LEITE, Dante Moreira. *Psicologia e Literatura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização: uma crítica filosófica do pensamento de Freud*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

[1.](#) Teoria de Darwin.